

DESENVOLVIMENTOS DA PRAGMÁTICA E A TEORIA DA RELEVÂNCIA APLICADA À TRADUÇÃO

José Luiz Vila Real Gonçalves*

Resumo: Neste trabalho, apresento, de forma sucinta, alguns percursos da Pragmática Lingüística abordados em minha pesquisa de doutorado (GONÇALVES, 2003). Apresento também uma proposta de aplicação da Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1986, 1995) aos Estudos da Tradução.

Palavras-chave: pragmática; teoria da relevância; estudos da tradução.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentarei, de forma sucinta, alguns percursos da Pragmática Lingüística abordados em minha pesquisa de doutorado (GONÇALVES, 2003), terminando com uma proposta de aplicação da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986/1995; *TR* daqui em diante) aos Estudos da Tradução.

Como importantes percursos teóricos no campo da Pragmática, incluo a Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969), o Modelo Inferencial e o Princípio Cooperativo (GRICE, 1957; 1975) e o Realismo Experiencial (MARMARIDOU, 2000). Devido à posição de destaque atribuída à *TR* neste trabalho, ela será recursivamente mencionada e confrontada com cada um dos modelos citados, sendo, posteriormente, abordada com maior profundidade. Finalmente, a proposta de aplicação da *TR* à tradução fundamentar-se-á principalmente nos trabalhos de Gutt (1991, 2000) e Alves (1995, 1996a, 1996b e 1997), a partir dos quais reformulo a definição de processo tradutório.

* Docente da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em Estudos Lingüísticos. E-mail: <zeluizvr@uai.com.br>.

2 A TEORIA DOS ATOS DE FALA

A Teoria dos Atos de Fala (*TAF* daqui em diante), desenvolvida inicialmente pelo filósofo inglês J. L. Austin, emergiu como reação à semântica das condições de verdade (*truth-conditional semantics*). Essa última postulava que uma frase ou segmento lingüístico só seria significativo se pudesse ser avaliado em termos de verdade ou falsidade – perspectiva que se funda na concepção de uma realidade externa objetiva e sobre a qual a linguagem verbal é capaz de produzir assertivas verdadeiras ou falsas. Austin, percebendo a limitação de tal postulação frente aos múltiplos usos da linguagem verbal, desenvolveu a TAF, que foi publicada em 1962 (*How to do things with words?*). Esse autor argumentava que a língua não se presta somente a descrever a “realidade”, mas também a alterá-la e, até mesmo, a criar novas realidades. As frases ou segmentos lingüísticos que servem para descrever estados de coisas são apenas uma das categorias possíveis e, portanto, seria uma falácia ou uma ingenuidade propor que a linguagem verbal só tivesse essa função (constatativa – *constative* em inglês). Com isso, a TAF estabelece duas categorias de entidades lingüísticas – as frases e os enunciados. As primeiras têm relação com as condições de verdade, enquanto os últimos implicam as condições de felicidade; as primeiras seriam puramente constatativas (relacionadas com a veracidade ou falsidade dos estados de coisas descritos) e os últimos seriam performativos (implicariam a realização de uma determinada ação).

Entretanto, verificou-se, a certa altura, que a separação estanque entre constatativos e performativos não era tão simples, visto que um determinado segmento lingüístico não pertenceria exclusivamente a uma ou outra categoria, mas poderia ter características de ambas, dependendo de certas convenções. Assim, Austin apresenta acréscimos a sua teoria postulando que os enunciados teriam forças ilocucionárias variáveis, as quais poderiam ser expressas explícita ou implicitamente nos respectivos enunciados. Novamente, observava-se uma inconsistência na aplicação da teoria, já que a distinção entre intencional e convencional – o primeiro relacionado à força ilocucionária e o segundo à forma proposicional – não era necessariamente verificável ou sistematicamente separável ao se analisarem certos enunciados. Disso redundava a constatação de que a variação da força ilocucionária de um enunciado não é um parâmetro suficiente para definir a classe de ato de fala a que esse enunciado pertenceria.

Searle (1969) busca uma maior sistematização para a TAF. Entretanto, acaba levando a uma maior rigidez daquela Teoria. A postulação de *indicadores de força ilocucionária* em níveis supra-segmentais não consegue resolver a polissemia e a multiplicidade de efeitos pragmáticos observáveis em diversos tipos de enunciados. Com isso, verifica-se que não é possível estabelecer uma correlação estrita entre verbos performativos ou certos tipos de estruturas morfosintáticas e *dispositivos indicadores de força ilocucionária*, o que demonstra que a rigidez observada na proposta de Searle encontra-se, em certa medida, na concepção de um objetivismo para a realidade externa e de um determinismo e uma invariabilidade para as correlações entre forma lingüística e intenção informativa, concepção que diverge significativamente daquela discutida em Searle (1992, 1997). Mesmo buscando um estatuto para os *Atos de Fala Indiretos*, os quais não observam as convenções estabelecidas pelos *indicadores de força ilocucionária*, a formulação de Searle ainda não dá conta de explicar uma série de enunciados. Marmaridou (2000) comenta que, além da convencionalidade invocada pela TAF para a linguagem verbal, interpõem-se também a intencionalidade do falante e aspectos interacionais que determinam a construção do sentido e os efeitos de certos enunciados, o que mina a concepção de uma interdependência rígida entre forma e força ilocucionária. Para Marmaridou, o fato de Searle postular como fundamentos básicos da TAF “a intencionalidade e uma relação causal entre estados mentais e atos ilocucionários”¹ (MARMARIDOU, 2000, p. 193) demonstra a opção daquele autor por uma perspectiva extremamente mentalista e abre margem para dois tipos de críticas:

Uma relaciona-se ao grau de idealização e abstração, o que não lhe permite abordar questões de relevância sócio-cultural, e a outra tem a ver com a inabilidade desta teoria em lidar com a dimensão interacionista e colaborativa dos atos de fala. (*op. cit.*, p. 194)

É curioso observar que uma das críticas feitas ao trabalho de Searle em relação à formalização proposta para a TAF – a de ser mentalista – coincide com as críticas que posteriormente o próprio Searle (1992, 1997) faz a algumas vertentes dos estudos da mente.

¹ Essa e as outras citações originais em inglês foram traduzidas pelo autor.

Considerando ainda alguns aspectos formais da TAF, verifica-se que ela propõe que toda enunciação institui um ou mais Atos de Fala. Cada ato de fala constitui-se de uma forma proposicional P juntamente com uma força ilocucionária F. Portanto, a equação $E = F(P)$ representa o evento da enunciação. Autores como Searle (1969) e Vanderveken (1991) procuram detalhar, valendo-se do arcabouço da TAF, os vários componentes da força ilocucionária a fim de analisarem os efeitos de uma enunciação em um determinado contexto. Deste modo, a investigação da força ilocucionária encontra-se no cerne da Teoria, já que está diretamente relacionada à instituição dos atos ilocucionários, que representam o principal objeto de estudo da TAF.

Assim como a TAF, a TR é uma teoria Pragmática que investiga fenômenos relacionados à comunicação humana em geral e, em especial, à enunciação (comunicação verbal), ou *comunicação ostensivo-inferencial*, como prefere a TR. Como distinção básica em relação à primeira, a TR postula a existência de contextos internos, que são porções ativadas dos *ambientes cognitivos* (*cognitive environments*, conforme a TR) do emissor (locutor para a TAF) e do receptor (alocutário para a TAF) no decorrer de um processo de interação lingüística – a propósito, uma concepção de cognição também bastante mentalista. A TAF, por sua vez, postula a existência de um contexto situacional externo e comum aos interlocutores. Para a TR, a concepção de um contexto comum não procede, porque, ainda que haja inúmeros elementos em comum entre falantes de uma “mesma” língua e membros de uma “mesma” comunidade sócio-cultural, cada indivíduo apresenta um *ambiente cognitivo* constituído de forma individual. Por outro lado, é bastante razoável afirmar que, mesmo entre as mais diversas culturas humanas, sempre é possível constatar a existência de elementos comuns, o que geralmente faz com que, em uma interação, por mais diferentes que sejam os interactantes, haja pontos de contato e, dessa forma, a possibilidade de comunicação ostensiva-inferencial com a realização de atos de fala, ainda que indiretos e ilocucionários.

Nesse quadro de semelhança e diferença relativa entre contextos internos, a TR propõe que a comunicação se concretiza a partir da noção de *manifestação mútua* (*mutual manifestness*), em contraposição ao conceito de *conhecimento mútuo* (*mutual knowledge*, para Grice, 1975), que algumas teorias lingüístico-pragmáticas utilizam para explicar a comunicação inferencial.

Segundo o conceito de conhecimento mútuo, o falante e o ouvinte teriam conhecimentos em comum, o que permitiria ao segundo recuperar a intenção informativa do primeiro de forma precisa, através de um processo que mais se assemelharia à codificação e decodificação lingüística. Entretanto, tal transferência literal de intenções e proposições entre interlocutores não é observada nas práticas enunciativas corriqueiras. A TR afirma que a comunicação ocorre muito mais de forma aproximada do que literal, podendo, algumas vezes, até mesmo falhar ou resultar em mal-entendidos e isso é bastante consistente com a percepção de que é impossível dois indivíduos, por maior que seja a identidade entre si, apresentarem um campo de conhecimento mútuo, isto é, conhecimentos exatamente iguais em relação a determinados eventos ou estados de coisas, reais ou imaginários.

Para a TR, a manifestação mútua concretiza-se através de um comportamento ostensivo-inferencial entre os interlocutores. Do lado do emissor, há uma intenção comunicativa e uma intenção informativa. Com a primeira, ele pretende tornar explicitamente manifesto para o receptor que há algo a ser comunicado – em outras palavras, quer chamar a atenção do receptor para que esse último se disponha a interpretá-lo. A intenção informativa, por sua vez, é propriamente o “conteúdo” que o emissor pretende comunicar, ou o conjunto de *suposições* que deseja tornar manifesto no ambiente cognitivo do receptor. Para que o processo de comunicação/interlocução prossiga, o receptor, por sua vez, precisa ter explicitamente manifesto no seu ambiente cognitivo a intenção comunicativa do emissor, a fim de que, através de um comportamento inferencial, interprete a respectiva intenção informativa. Portanto, o comportamento inferencial indica a predisposição do receptor em processar os estímulos ostensivos gerados pelo emissor. A TR propõe também que um estímulo ostensivo deve vir acompanhado da garantia de relevância para que o receptor disponha-se a processá-lo: “um ato de comunicação ostensiva automaticamente comunica a *pressuposição de relevância*” (SPERBER; WILSON, *idem*, p. 156). Tanto o comportamento ostensivo, por parte do emissor, quanto o comportamento inferencial, por parte do receptor, são orientados pelo Princípio da Relevância, que gerencia a relação entre os efeitos de um enunciado e o esforço cognitivo despendido para o seu processamento – esse último, um aspecto que demonstra a maior plausibilidade da TR em relação à regulação inerente aos processos biológicos.

Há ainda outras distinções entre as duas teorias. Por exemplo, a TAF propõe que uma das condições de felicidade de um ato de fala é que o alocutário (o receptor, para a TR) reconheça a força ilocucionária e, conseqüentemente, o tipo de ato veiculado pelo respectivo enunciado. A TR diverge dessa posição, afirmando que não é necessário tal reconhecimento para que a comunicação se processe, exceto nos casos que ela denomina de “atos de fala propriamente ditos”. A propósito, a TR postula a existência de três categorias de atos de fala:

- a) em primeiro lugar, são mencionados os atos de fala propriamente ditos, cuja força ilocucionária precisa ser reconhecida para que a interpretação se oriente na direção certa; eles existem em qualquer língua e incluem o dizer (*say*), o perguntar/pedir (*ask*) e o mandar/dizer (*tell*);
- b) em seguida, apresentam-se os atos de fala institucionais, que são atos idiossincráticos, instituídos conforme os interesses e necessidades sociais de cada cultura. A sua satisfatória realização ocorre não em função do reconhecimento da sua força ilocucionária, mas através do conhecimento prévio das instituições que os criam – “[...] o estudo do ato de fazer um lance é parte do estudo do jogo de bridge, não da comunicação verbal. Em geral, o estudo de atos de fala institucionais como o de fazer um lance, ou o de declarar guerra, pertencem ao estudo das instituições” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 245); e
- c) por fim, os atos de fala não institucionais, segundo a TR, podem ser realizados sem que sejam reconhecidos pelo emissor ou pelo receptor.

Veja a predição, por exemplo. O que faz de um enunciado uma predição não é o fato de o falante ostensivamente comunicar que está fazendo uma predição, mas o fato de que ostensivamente comunica uma suposição que tem uma certa propriedade: a de ser sobre um evento futuro, pelo menos em parte fora do seu controle. (*op. cit.*, p. 245)

Deste modo, diferentemente da TAF, a TR não pressupõe que o reconhecimento da força ilocucionária de um ato de fala seja imprescindível para a comunicação verbal.

Em resumo, a TAF é uma contribuição fundamental para os estudos da Pragmática, tendo sido a grande desencadeadora de questões que, definitivamente, introduziram o contexto nos estudos da linguagem. Entretanto, na sua formalização, apega-se demasiadamente a aspectos convencionais (isto é, arbitrários) da linguagem verbal e cria um modelo explicativo nada parcimonioso, muito mais relacionado a certas normas institucionais do que propriamente à linguagem enquanto sistema sócio-construído. A concepção de um contexto situacional externo, cujo foco encontra-se na enunciação, tem o mérito de ressaltar o papel sócio-interativo da comunicação. Por outro lado, ignora importantes aspectos cognitivos que emergem através da proposta apresentada pela TR, tais como a existência de ambientes cognitivos individuais e distintos, mas com possibilidade de uma relativa interseção ou manifestação mútua.

3 O PRINCÍPIO COOPERATIVO

Grice, em seu artigo *Logic and Conversation* (1975), discute a divergência entre dois sistemas de representação proposta por alguns filósofos: a lógica formal e a linguagem natural, o que representa um certo paralelo com a discussão iniciada por Austin ao questionar a validade da semântica das condições de verdade. Para os filósofos lógico-formalistas, a linguagem natural muitas vezes apresenta-se como uma manifestação imperfeita ou “corrompida” da lógica formal. Por sua vez, Grice argumenta que o objetivo da linguagem natural envolve muito mais do que apenas servir como instrumento para a investigação científica ou como um aparato puramente lógico. Além do mais, as expressões lingüísticas contextualizadas (enunciados) não demandam uma análise metalingüística para serem compreendidas. Para Grice, a lógica formal pode ajudar na compreensão da linguagem natural, mas não conseguirá explicar a sua complexidade e nem substituí-la como forma de expressão e comunicação. Afirma, ainda, que os lógico-formalistas enganam-se por não levarem em conta as condições que governam a conversação quando lidam com a linguagem verbal.

Grice apresenta como conceito chave para o seu modelo a noção de implicatura e a divide em duas categorias. A *implicatura convencional* é aquela que se realiza através de parâmetros lógicos – por exemplo, a expressão “Ele é brasileiro, logo é corajoso” leva à implicatura convencional de que “todo

brasileiro é corajoso”. Por outro lado, existem as *implicaturas conversacionais*, que contribuem para a compreensão na comunicação quando as implicaturas convencionais não operam ou não são suficientes para produzir eventos comunicativos satisfatórios – as implicaturas conversacionais realizam-se através do Princípio Cooperativo (PC daqui em diante), que é regido por máximas que se enquadram em 4 categorias: Quantidade, Qualidade, Relação e Modo.

As máximas de Quantidade propõem que o nível de informação não deve ser menor nem maior do que o exigido pela troca comunicativa; as máximas de Qualidade, que só se deve dizer aquilo em que se acredita e sobre o que haja evidências adequadas; a máxima de Relação propõe que só se deve dizer o que for relevante; e as máximas de Modo propõem que não se deve dizer o que for obscuro, ambíguo, deve-se procurar ser breve e ordenado. Grice afirma que o PC é um sistema internalizado que possibilita a implementação das implicaturas conversacionais e, conseqüentemente, garante o sucesso da comunicação. Tal princípio postula que os interlocutores, envolvidos em uma troca comunicativa, apresentam objetivos comuns e trabalham num sentido único a fim de atingirem esses objetivos.

Essa posição não é compartilhada pela TR, que levanta os seguintes questionamentos: como a cooperação ocorreria entre o leitor e o autor de um livro, ou entre um ouvinte e um locutor de um programa de rádio, já que esses não têm meios de interagir diretamente?

Para Searle (1969), um modelo pragmático-lingüístico deveria descrever como, em uma troca comunicativa, o ouvinte *decodificaria* as intenções do falante, o que não deixa de ser uma ampliação do modelo de código. Entretanto, para Sperber e Wilson (1986, 1995), a grande originalidade do modelo de Grice não se encontra na sugestão de que o falante precisa ter suas intenções reconhecidas pelo ouvinte, mas em sugerir que tal reconhecimento é suficiente para haver comunicação. Se isto estiver correto, as habilidades inferenciais que os seres humanos normalmente usam para atribuir intenções uns aos outros tornarão a comunicação possível mesmo na ausência de qualquer código. E isso é possível segundo a TR.

Rebatendo os argumentos de Searle de que quase todo tipo de comunicação humana envolve algum código, Sperber e Wilson afirmam que o processo de decodificação serve para ajudar o receptor a inferir as intenções do emissor.

Argumentam que a redução do modelo de Grice a um “melhoramento” do modelo de código significa desconsiderar a sua originalidade e suas implicações empíricas e teóricas. Por outro lado, elevá-lo à condição de teoria geral da comunicação é negar a diversidade das formas de comunicação e desconsiderar que muitos de seus processos não são necessariamente inferenciais.

Grice destaca que, antes que a intenção comunicativa seja reconhecida pelo receptor, é preciso que haja a atenção, ou melhor, a cooperação desse. Na visão de Sperber e Wilson, é preciso que aquele receptor se coloque na posição inferencial. Assim, Grice propõe que a comunicação envolve “esforços cooperativos” numa direção mutuamente aceita, que seria a base do PC. As suposições e conclusões adicionais que garantem a aplicação do PC e das máximas são as implicaturas. Essas tornaram-se a questão central para os pragmatistas e parecem ser um caminho para o desenvolvimento da análise da comunicação inferencial.

O maior problema da análise de Grice, segundo a TR, não é definir a comunicação de forma vaga, mas explicá-la de forma pobre. O modelo de código explica como a comunicação humana é obtida (através de um sistema com relativo grau de codificação simbólica), mas falha na sua descrição. O modelo inferencial, apesar das limitações percebidas até então, apresenta uma descrição que parece plausível. A TR, por sua vez, procura suprir essa falha, fazendo o amálgama dos dois modelos e ampliando o seu escopo.

É inegável o grande impulso dado ao desenvolvimento dos estudos da Pragmática pelas contribuições de Grice. Assim como a TAF, o modelo inferencial favoreceu a superação da visão matemática para a comunicação humana, reduzindo a importância do código nos processos interativos. Entretanto, o PC tentou estabelecer um “estatuto” inferencial que acabou limitando aqueles processos a certas características codificáveis e decodificáveis, o que certamente supersimplifica a sua complexidade inerente. Ao conceber o contexto como entidade externa e comum aos interlocutores, assim como o faz a TAF, o modelo inferencial perde em termos de poder explicativo, por não considerar aspectos cognitivos fundamentais. A TR, por sua vez, apresenta um princípio bem mais econômico que os daquelas duas propostas teóricas e um poder explicativo bastante arrojado, não só da perspectiva lógico-formal, como também das perspectivas sócio-interativa e cognitiva, como procurarei demonstrar na seção 5.

4 O REALISMO EXPERIENCIAL

Marmaridou (2000), em *Pragmatic Meaning and Cognition*, apresenta uma relevante contribuição para os estudos da Pragmática na atualidade, chamando atenção para a necessidade teórica e epistemológica de se situar a linguagem num contexto biologicamente plausível.

Aquela autora destaca três abordagens principais nos estudos da Pragmática: *a cognitiva*, que “focaliza o processamento mental de informações para fins comunicativos e que explicitamente se restringe a um aspecto isolado da cognição, considerado responsável pelos fenômenos pragmáticos.”; *a interativa*, que “é essencialmente voltada para os aspectos dinâmicos do uso de língua e, em particular, para o caráter negociável dos enunciados dos interlocutores durante as trocas comunicativas.”; e *a societária (societal)*, que “focaliza os usuários da língua e as condições de uso dessa, fazendo uma importante referência ao contexto societário em que a língua é usada para criar, manter ou modificar relações de poder entre os interlocutores” (*op. cit.*, p. 2).

Entretanto, todas aquelas abordagens consideram a linguagem uma faculdade mental, isto é, independente do restante dos processos cognitivos e biológicos, além de considerarem-na um sistema interno de representação simbólica de uma realidade externa e objetiva. Assim, Marmaridou afirma que

uma proposta alternativa é feita neste livro no que concerne ao uso da língua e à investigação de aspectos cognitivos e sociais da significação pragmática. Esta proposta [...] baseia-se na seguinte hipótese: se a linguagem sustenta-se na cognição e desenvolve-se na sociedade, então a estrutura cognitiva e as conceituações de realidade social devem caracterizar o uso da língua, que, portanto, contribui para a produção, manutenção ou mudança da significação social. Nesse sentido, a significação social é construída diretamente em termos de uma estrutura cognitiva interna, e não em termos de representações mentais internas de formações e estruturas externas. Supondo que tais estruturas cognitivas desenvolvem-se como resposta à interação do indivíduo com o seu ambiente físico e social, elas são também adaptáveis e, portanto, motivam, e não determinam, a significação social. (*op. cit.*, p. 3)

Desse modo, ela apresenta as bases do realismo experiencial (*experiential realism*, cf. LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1992; LAKOFF; JOHNSON, 1999), originado da semântica cognitiva, explicitando o seguinte:

Um dos princípios básicos do realismo experiencial e da lingüística cognitiva é que a língua não é representação de uma realidade objetivamente existente, mas da realidade como é percebida e experienciada pelos seres humanos. Vista desta perspectiva internalista de realidade (PUTNAM, 1981), a significação lingüística é corporificada; ela emerge de nossas capacidades biológicas e de nossas experiências físicas e sócio-culturais como seres atuando em nosso meio-ambiente. (MARMARIDOU, 2000, p. 4)

A abordagem de Marmaridou aponta para uma alternativa paradigmática nos estudos da Pragmática Lingüística. A sua concepção de linguagem e cognição tem ressonância com teorias que situam os processos cognitivos e sócio-interativos em um arcabouço biologicamente plausível (*e.g.* MATURANA; VARELA, 1988, MATURANA, 2001) e, desse modo, descortina uma significativa possibilidade de avanço nos estudos da Pragmática, inclusive em relação à TR, visto que essa última apresenta limitações teóricas no tocante à consolidação de um modelo pragmático-lingüístico com fundamentação cognitiva e biológica. Enfim, a busca por uma integração entre fenômenos de linguagem, cognição, biologia e cultura é uma diretriz do trabalho de Marmaridou com a qual concordo e na qual pretendo me aprofundar em futuros trabalhos de pesquisa.

5 A TR NOS ESTUDOS DA PRAGMÁTICA E DA COGNIÇÃO

Após ter abordado alguns aspectos da TR na discussão de importantes desenvolvimentos da Pragmática, acima, procurarei nesta seção descrevê-la mais detalhadamente. A TR surgiu como um desenvolvimento da Pragmática tradicional, apresentando-se como uma proposta alternativa de fusão dos modelos de comunicação concorrentes à época de sua formulação, quais sejam, o modelo de código (SHANNON; WEAVER, 1949) e o modelo inferencial (GRICE, 1975). Sintonizada com as tendências modularistas então vigentes, a TR concorda com Fodor (1983) ao considerar que a cognição se constitui de forma bi-partida: processos modulares e processos centrais. Os primeiros

fornecem insumos para os últimos: os processos centrais integram os insumos provenientes dos processos modulares através de mecanismos mentais considerados mais lentos, conscientes e analíticos. No entanto, a TR discorda da postulação feita por Fodor, de que não seja possível investigar os processos centrais. Para a teoria modularista, processos cognitivos não encapsulados e implementados em paralelo não são passíveis de investigação, dada a sua complexidade e distribuição por diversas regiões do sistema nervoso.

Assim, apesar de aceitar os pressupostos cognitivistas do modularismo e as bases racionalistas e formalistas para o estudo da cognição, a TR elege como objeto de investigação os processos inferenciais nas interações comunicativas, os quais têm relação justamente com o processamento cognitivo central, que se implementa em paralelo e desencapsulado, contrariando, assim, uma das premissas fortes de Fodor.

Ainda que a TR apresente essa visão dicotômica dos processos cognitivos, vislumbro uma relativa congruência entre ela e outras propostas de abordagens não ortodoxas da cognição, dada a forma flexível e plástica como aborda aqueles processos. Além disso, propõe um princípio de economia que se mostra promissor em relação à integração entre cognição e processos biológicos – o Princípio da Relevância. Basicamente, a TR entende que qualquer processo inferencial é implementado sob o balizamento de dois fatores voltados para a “produtividade” cognitiva: o máximo possível de *efeitos contextuais*, ou a quantidade adequada, como se prefere na reformulação do Princípio (SPERBER; WILSON, 1995), com o mínimo de esforço cognitivo necessário – entendendo *efeitos contextuais* como o resultado da interação entre as informações novas e dadas, isto é, como o resultado dos próprios processos inferenciais. Esta postulação demonstra o caráter funcionalista presente na TR – os processos de produção e compreensão de enunciados não se realizam pura e simplesmente a partir de padrões lógico-analíticos de formalização, mas são restringidos por fatores cognitivos que operam, supostamente, a partir de princípios biológicos mais gerais.

Por outro lado, a TR apresenta também uma orientação formalista, já que adota conceitos como representações, codificações e memória (ainda que de uma perspectiva bem mais flexível e leve que a observada em muitos dos modelos cognitivistas).

O trabalho de pesquisa a partir do qual as reflexões aqui presentes se originaram (GONÇALVES, 2003) busca subsídios que viabilizem a aplicação das orientações funcionalista e formalista da TR, reavaliando-as à luz de abordagens conexionistas da cognição (*e.g.* ELMAN *et al.*, 1996), além de buscar para elas um viés de plausibilidade biológica.

Diante disso, um primeiro desafio se apresenta, qual seja, superar a perspectiva modularista e lógico-formalista subjacente à TR, a qual entra em choque com pressupostos das abordagens conexionistas. Contudo, pela sua orientação principalmente funcionalista, a TR dá mais espaço para a subjetividade e a relatividade em seu modelo explicativo de cognição e, especificamente, de comunicação, o que a diferencia do formalismo mais ortodoxo dos modelos cognitivistas.

6 A TR APLICADA À TRADUÇÃO

6.1 Gutt: a tradução como uso interpretativo interlingual

Gutt (1991/2000) sugere que a TR inaugura a possibilidade de abordagem científica da tradução, superando limitações de várias teorias que se fundamentavam sobre os conceitos de fidelidade, equivalência ou funcionalidade.

Ele desenvolve o conceito de semelhança interpretativa entre enunciados como fundamento para se estudar o processo tradutório, partindo da noção de uso interpretativo de representações para a comunicação ostensivo-inferencial, proposta pela TR. A semelhança interpretativa é também aplicada a pesquisas em tradução nos trabalhos de Alves (1995, 1996a e 1996b) e Gonçalves (1998). Segundo a TR, a mente humana é capaz de manipular ou operar com representações mentais através de dois tipos de usos: *uso descritivo* e *uso interpretativo*. O uso descritivo de representações é a relação entre uma configuração mental (isto é, uma representação ou um conjunto de representações) e um estado de coisas tido como real no mundo físico, ou num mundo fictício. Já o uso interpretativo de representações é a relação entre duas representações mentais que apresentam propriedades lógicas e efeitos contextuais em comum.

Uma característica essencial das formas proposicionais é que elas têm propriedades lógicas: é em virtude dessas propriedades lógicas que podem se contradizer, implicar uma na outra e apresentarem outras relações lógicas entre si. Uma vez que todas as formas proposicionais têm propriedades lógicas, duas formas proposicionais podem ter algumas dessas propriedades em comum. Da mesma forma, podemos dizer que as representações mentais cujas formas proposicionais compartilham propriedades *assemelham-se* em virtude dessas propriedades lógicas compartilhadas. Esta semelhança entre formas proposicionais é chamada de *semelhança interpretativa*. (GUTT, 1991, p. 34)

Em seguida, Gutt amplia o conceito de semelhança interpretativa, introduzindo as noções de explicatura e implicatura.

Considerando, mais além, que a função principal de um enunciado é expressar um conjunto de suposições que o emissor pretende transmitir, parece razoável definir semelhança interpretativa entre enunciados em termos de suposições compartilhadas pelas interpretações pretendidas desses enunciados. Uma vez que o conjunto de suposições que se espera que um enunciado expresse consiste de explicaturas e/ou implicaturas, podemos dizer que dois enunciados ou, ainda mais genericamente, que dois estímulos ostensivos assemelham-se interpretativamente à medida que compartilhem suas explicaturas e/ou implicaturas.

Esta noção de semelhança interpretativa é independente de os enunciados em questão terem ou não uma forma proposicional, mas, ao mesmo tempo, é dependente do contexto, uma vez que as explicaturas e implicaturas de enunciados o são. (GUTT, 1991, p. 44)

É importante destacar que o conceito de semelhança interpretativa proposto acima não se restringe aos processos tradutórios, mas aplica-se a processos comunicativos/interativos em geral. Desse modo, todo estímulo ostensivo deve gerar explicaturas e/ou implicaturas no ambiente cognitivo do interlocutor, dependendo do seu caráter mais ou menos proposicional. Tais explicaturas e implicaturas desencadearão alterações na configuração do ambiente cognitivo do indivíduo receptor, ou seja, causarão modificações no contexto ativado durante o processamento inferencial em questão, resultando em alterações nas relações entre as diversas *suposições* – tecnicamente,

explicaturas e implicaturas são configurações que emergem no decorrer dos processos inferenciais, enquanto os *efeitos contextuais* seriam alterações de longo prazo, segundo a concepção representacional da TR.

É também fundamental discutir o desenvolvimento das noções de explicatura e implicatura apresentadas por Gutt, a fim de que haja um melhor entendimento da conceituação por ele proposta acima. A explicatura de um enunciado corresponde às deduções mais explícitas derivadas da forma proposicional daquele enunciado, isto é, após o processamento lingüístico de um enunciado (lexical, sintático e semântico), é produzida uma representação mental que se aloca na memória de curto prazo do *dispositivo dedutivo* (construto que seria um processador pragmático na concepção da TR – *deductive device*, em inglês). Àquela representação resultante do processamento lingüístico, dá-se o nome de *representação semântica* (*semantic representation*). Já no domínio pragmático, esse tipo de representação será “enriquecido”, através de atribuição de referências e de “desambiguação”, gerando uma *forma proposicional* (*propositional form*). Essa, por sua vez, é o insumo para a geração de explicaturas e implicaturas, que, como menciono acima, são os efeitos intermediários que contribuirão para os efeitos contextuais propriamente ditos. Há, entretanto, enunciados ou estímulos ostensivos que não apresentam forma proposicional; não produzem explicaturas, mas somente implicaturas. Por exemplo, quando alguém se aproxima de outra pessoa e a chama pelo nome – Maria! –, não está produzindo uma forma proposicional através de tal enunciado. O que a pessoa interpelada inferirá, a princípio, é que quem a chama tem uma intenção comunicativa – essa inferência é uma implicação contextual que é desencadeada a partir de um enunciado sem forma proposicional.

O Princípio da Relevância orienta tanto a constituição do contexto inferencial – alocando as *suposições* com maior força na memória de curto prazo (ou aquelas que demandam menor dispêndio para serem acessadas) – quanto a produção de explicaturas e implicaturas, regulando o limite das *suposições* implicadas pela relação ótima entre o máximo possível de efeitos contextuais e o mínimo de dispêndio cognitivo necessário.

Com base nos conceitos acima, reformulo a proposta de definição de tradução apresentada por Gutt – em linhas gerais, um processo de comunicação interlingüística, cujo fundamento básico é a semelhança interpretativa entre

enunciados recíprocos nas duas línguas de tradução, implementada a partir do Princípio da Relevância –, substituindo *enunciado* por *unidade de tradução*.

Postulo assim que o processo tradutório é orientado pela busca de semelhança interpretativa ótima entre unidades de tradução recíprocas. Essa alteração deve-se à percepção de que o tradutor não opera necessariamente com o enunciado como unidade básica de tradução. Conforme demonstram diferentes trabalhos de pesquisa que investigam processos tradutórios (e.g. GERLOFF, 1987; ALVES, 1997; ALVES; MAGALHÃES; PAGANO, 2000; GONÇALVES, 2003), muitas vezes o tradutor debruçar-se-á sobre unidades menores, muitas delas relativas a aspectos de codificação conceitual e procedimental, ou às vezes maiores, como segmentos macro-textuais do texto-fonte e do texto-alvo, macro-proposições, por exemplo.

Portanto, postulo que o processo tradutório caracteriza-se pela atribuição e avaliação de semelhança interpretativa ótima entre pares de efeitos contextuais gerados pelo processamento de unidades de tradução recíprocas, uma na língua-fonte (LF) e outra na língua-alvo (LA). Esquemáticamente, represento essa postulação abaixo.

Acredito que tal processo de atribuição/avaliação de semelhança interpretativa ótima entre os efeitos contextuais de unidades de tradução

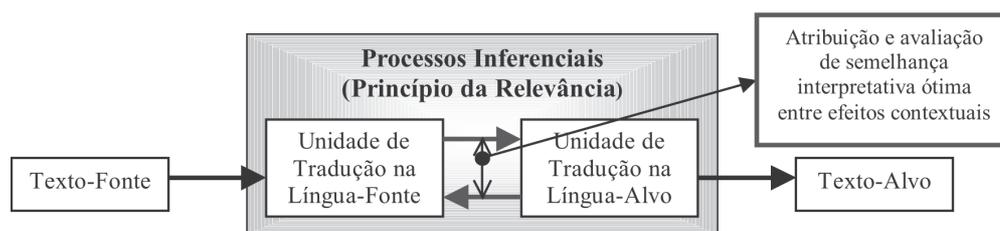


Diagrama 1 – O processo tradutório.

recíprocas tenha congruência com um interessante princípio cognitivo, cuja operação é a base do Princípio da Relevância e que pode ser relacionado a outros princípios observados nos estudos da cognição.

O esquema representado no Diagrama 1 ainda não é congruente com uma proposta de linguagem e cognição biologicamente situadas, o que é

desenvolvido de forma mais consistente em Gonçalves (2003). Essa perspectiva não será explorada aqui devido aos limites deste trabalho. Ainda assim, reitero a necessidade constante de abordar a tradução de uma perspectiva mais ampla, que leve em consideração a linguagem como um fenômeno inserido na complexidade dos processos cognitivos e, de forma mais abrangente, dos processos biológicos que integram o indivíduo tradutor.

Para encerrar esta seção, gostaria de ressaltar que, em relação à cientificidade buscada por Gutt e alguns outros teóricos da tradução, é pertinente fazer referência à consideração epistemológica de Alves (1996a) de que a tradução carece ainda de um objeto de estudo autônomo – no sentido de uma cientificidade estrita –, já que o processo de atribuição e avaliação de semelhança interpretativa ótima entre os efeitos contextuais de duas unidades de tradução recíprocas (entre dois enunciados, para Gutt, ou entre duas formas proposicionais, para Alves, *op. cit.*), uma na língua-fonte e outra na língua-alvo, não constitui uma categoria de processos autônomos e independentes, mas inclui-se entre os processos lingüístico-pragmáticos em geral. Dessa perspectiva, concluo que não há um “módulo” tradutório, assim como não há propriamente um módulo lingüístico que possa ser dissecado sob uma objetividade estrita. Insisto que um recorte demasiado “asséptico” para fenômenos da linguagem, cognição ou tradução pode perder de vista as interseções e imbricações que operam na constituição de seus processos. Por isso, parece que a Pragmática e as ciências cognitivas têm muito a contribuir para os Estudos da Tradução, os quais, por sua vez, certamente, retornarão valiosos desdobramentos para aquelas áreas.

6.2 Alves: a conscientização para a ampliação da CT

Conforme indiquei na seção anterior, há uma considerável congruência entre as propostas de Gutt (1991) e Alves (1996a, 1996b) com relação ao objeto de estudo da tradução. Alves, assim como Gutt, desenvolve o seu modelo a partir da proposta da TR, postulando que a tradução caracteriza-se pela busca de semelhança interpretativa entre duas formas proposicionais originadas de dois sistemas lingüísticos distintos.

[...] o processo tradutório é caracterizado como a busca mental de uma semelhança interpretativa para uma dada representação semântica através de duas formas proposicionais - uma na língua de chegada e outra na língua de partida. Essas duas formas proposicionais dividem entre si uma semelhança interpretativa. (ALVES, 1996a, p. 86)

Dessa proposta de definição para a tradução, podem-se destacar questões fundamentais para as discussões envolvendo os Estudos da Tradução. Em primeiro lugar, uma vez que a tradução se situa entre processos cognitivos complexos, muda-se o foco do produto para o processo tradutório e, ao mesmo tempo, as noções de erro e acerto atribuídas aos textos-alvo são, necessariamente, reformuladas e melhor contextualizadas. O tradutor é colocado no centro do processo e, desse modo, ainda que em função de um aparato formal bastante restrito, estabelecem-se as bases para justificar e entender a subjetividade e suas implicações no processo tradutório. Finalmente, como bem destaca Gutt, caminhamos para a postulação de um princípio econômico na definição da tradução.

Na aplicação que faz da TR à tradução, Alves avança no sentido de propor um modelo descritivo de processamento inferencial, empreendido nas diversas etapas decisórias observadas na tradução. Seu modelo foi constituído através da observação de diferentes grupos de sujeitos (tradutores profissionais, tradutores aprendizes e aprendizes de língua estrangeira em diferentes estágios de proficiência em L2) em situações experimentais, procurando validar empírica e intersubjetivamente as suas hipóteses, o que coincide, em grande medida, com o desenho metodológico da pesquisa de Gonçalves (2003). Assim, a observação empírico-experimental do comportamento de vários sujeitos resultou em um diagrama de fluxo (ALVES, 1997, p. 28) que detalha grande parte das decisões conscientes ou potencialmente conscientes tomadas durante a realização de tarefas tradutórias.

Além do caráter descritivo da proposta de Alves, há nela, também, um objetivo didático. Ele propõe que, uma vez que os processos destacados pelo diagrama de fluxo são prioritariamente conscientes, a tomada de consciência ou conscientização em relação a esses processos pode otimizá-los, permitindo que o tradutor tome decisões de forma mais acertada e rápida. Com isso, Alves aplica o próprio modelo ao treinamento de tradutores aprendizes e corrobora a hipótese da conscientização como fator otimizador da competência tradutória.

Essa posição é consistente com a de Alves, Magalhães e Pagano (2000), que ressaltam a importância da tomada de consciência por parte do tradutor para a ampliação da respectiva competência.

7 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A TR

Para a TR, o processo de interpretação de enunciados ou estímulos ostensivos implementado por um indivíduo em uma situação interativa resultará em modificações no seu ambiente cognitivo, o que deverá gerar novas *suposições*, ou mesmo o reforço, enfraquecimento ou apagamento das já existentes. Adoto o termo *suposições* no sentido proposto pela TR, isto é, como representações mentais de estados de coisas ou eventos no mundo físico ou num universo fictício, as quais um indivíduo pode acolher no seu ambiente cognitivo. Esse último (o ambiente cognitivo) constitui a complexidade de estados mentais passíveis de ativação nos processos cognitivos conscientes – em termos pragmáticos, tem relação com a infinidade de contextos que podem emergir à consciência durante o desenrolar de processos inferenciais. Rigorosamente, essa noção de ambiente cognitivo tem muito mais congruência com um sistema em processo, em constante reformulação, do que com um sistema representacional estável, com algoritmos consolidados, geralmente pressuposto pelos modelos cognitivistas ortodoxos.

Portanto, mesmo com o aparato lógico-formal usado pela TR, sua concepção de cognição e, conseqüentemente, de aprendizagem acaba mostrando-se bastante flexível e produtiva, já que o processamento de enunciados e estímulos ostensivos, nas interações comunicativas, e o reprocessamento de *suposições* internas estarão sempre modificando a organização do ambiente cognitivo do indivíduo. Nesse sentido, constato que a TR avança em relação às abordagens lingüísticas e cognitivas mais tradicionais, as quais normalmente postulam o processamento lingüístico-pragmático seriado, padronizado, unidirecional, gerando “produtos” previsíveis e estáveis. É em função da flexibilidade e plasticidade vislumbradas na TR que Gonçalves (2003) desenvolve um confronto dessa com uma abordagem cognitiva aparentemente contraditória com os seus princípios definidores, qual seja, o conexionismo. Vale ressaltar que, além dos aspectos

destacados acima, o trabalho de pesquisa em questão observou que as possibilidades de contato e as afinidades entre a TR e as abordagens conexionistas são bastante significativas e promissoras, abrindo um novo espaço de discussão e reformulação acerca dos processos pragmático-lingüísticos em geral e tradutórios em particular.

REFERÊNCIAS

AIVES, F. **Zwischen Schweigen und Sprechen: Wie bildet sich eine transkulturelle Brücke?:** eine psycholinguistisch orientierte Untersuchung von Übersetzungsvorgängen zwischen portugiesischen und brasilianischen Übersetzern. Hamburgo: Dr. Kovac, 1995.

_____. Lançando anzóis: uma análise cognitiva de processos mentais em tradução. **Revista de Estudos da Linguagem**, n. 2, v. 4, p. 77-90, 1996a.

_____. Veio-me um 'click' na cabeça: the theoretical foundations and the design of a psycholinguistically oriented, empirical investigation on German-Portuguese translation process. **Meta**, Montreal, v. 41, n. 1, número especial, p.33-44, mar. 1996b.

_____. A formação de tradutores a partir de uma abordagem cognitiva: reflexões de um projeto de ensino. **Revista TradTerm**, v.4, n.2, p. 19-40, 1997.

_____; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia:** estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2000.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words.** Oxford: Clarendon Press, 1962.

ELMAN, J. et al. Rethinking innateness: **a connectionist perspective on development.** Cambridge: MIT Press, 1996.

FODOR, J. A. **The modularity of mind.** Cambridge: MIT, 1983.

GERLOFF, Pamela. Identifying the unit of analysis in translation: some uses of think aloud protocol data. In: FÆRCH, C. ; KASPER, G. (Eds.). **Introspection in second language research.** Philadelphia: Multilingual Matters, 1987. p. 135-158.

GONÇALVES, J. L. V. R. **Processos inferenciais relacionados à priorização de informações na tradução de legendas de filmes:** o redundante e o relevante sob a ótica do Princípio de Relevância. 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. **O desenvolvimento da competência do tradutor**: investigando o processo através de um estudo exploratório-experimental. 2003. 241 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) — Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GRICE, P. Logic and conversation. In: MARTINICH, A. P. (Ed.). **The philosophy of language**. Oxford: Oxford University Press, 1975. p. 159-170.

_____. Meaning. **Philosophical Review**, n. 66, p. 377-388, 1957.

GUTT, E. -A. **Translation and relevance**: cognition and context. Cambridge: Blackwell, 1991. [ed. rev. e aum. - Manchester: St. Jerome, 2000.]

JOHNSON, M. Philosophical implications of cognitive semantics. **Cognitive Linguistics**, n. 3, p. 345-366, 1992.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about mind. Chicago: The University of Chicago Press. 1987.

_____; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.

MARMARIDOU, S. S. A. **Pragmatic meaning and cognition**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2000.

MATURANA, H. R. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Org. e trad. por C. Magro e V. Paredes. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____; VARELA, F. J. **The tree of knowledge**. Boston; London: Shambala, 1988.

SEARLE, J. **Speech acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. A redescoberta da mente. Trad. por Eduardo P. e Ferreira. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (**The rediscovery of the mind**. Cambridge: The MIT, 1992)

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford: Blackwell, 1986. (2. ed., 1995).

VANDERVEKEN, D. **Meaning and speech acts**: formal semantics of success and satisfaction. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. v.2.

Recebido em 05/09/04. Aprovado em 25/11/04.

Title: Developments in Pragmatics and the Relevance theory applied to translation

Author: José Luiz Vila Real Gonçalves

Abstract: This work succinctly presents some developments in Pragmatics that were approached in my doctorate research (Gonçalves, 2003). I also present a proposal for the application of the Relevance theory (Sperber; Wilson, 1986, 1995) to Translation Studies.

Keywords: pragmatics; relevance theory; translation studies.

Titre: Développement de la Pragmatique et la théorie de la pertinence employée en traduction

Auteur: José Luiz Vila Real Gonçalves

Résumé: Dans ce travail, je présente, d'une manière succincte, quelques parcours de la Pragmatique traités dans ma recherche de doctorat (Gonçalves, 2003). Je présente aussi une proposition d'emploi de la Théorie de la Pertinence (SPERBER; WILSON, 1986, 1995) dans les Études de Traduction.

Mots-clés: pragmatique; théorie de la pertinence; études de traduction.

Título: Desarrollos de la Pragmática y la teoría de la relevancia aplicada a la traducción

Autor: José Luiz Vila Real Gonçalves

Resumen: En este trabajo, presento, de forma sucinta, algunos trayectos de la Pragmática Lingüística abordados en mi investigación de doctorado (Gonçalves, 2003). Presento asimismo una propuesta de aplicación de la Teoría de la Relevancia (SPERBER y WILSON, 1986, 1995) a los Estudios de la Traducción.

Palabras-clave: pragmática; teoría de la relevancia; estudios de la traducción.